

AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.522.055 - RS (2019/0169764-7)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
AGRAVANTE : **CLEONI LERMEN CERIBOLLA**
AGRAVANTE : **JOSÉ PAULO CERIBOLLA**
ADVOGADOS : **RAFAEL DE FREITAS VALLE DRESCH - RS046643**
EDUARDO FRANCESCHETTO JUNQUEIRA E OUTRO(S) - RS051378
SHEILA FABIANA SCHMITT - RS076892
AGRAVADO : **BANCO DO BRASIL SA**
ADVOGADOS : **NELSON PILLA FILHO E OUTRO(S) - RS041666**
MARCOS VALÉRIO SILVEIRA LESSA - RS042441
JOSE ANTONIO BROGLIO ARALDI - RS060292
MÁRCIO CASTRO KAIK SIQUEIRA - SP200874

EMENTA

AGRAVO INTERNO NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. VIOLAÇÃO AO ART. 20 DO CDC. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 211/STJ. AGRADO DESPROVIDO.

1. É entendimento desta Corte Superior que "*a admissão de prequestionamento ficto (art. 1.025 do CPC/15), em recurso especial, exige que no mesmo recurso seja indicada violação ao art. 1.022 do CPC/15, para que se possibilite ao Órgão julgador verificar a existência do vício inquinado ao acórdão, que uma vez constatado, poderá dar ensejo à supressão de grau facultada pelo dispositivo de lei*" (REsp 1.639.314/MG, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 04/04/2017, DJe de 10/04/2017).

2. No caso, o apelo nobre encontra óbice na Súmula 211/STJ, pois não foi alegada ofensa ao art. 1.022 do CPC/2015.

3. Agravo interno desprovido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Quarta Turma, por unanimidade, negar provimento ao agravo interno, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Maria Isabel Gallotti, Antonio Carlos Ferreira, Marco Buzzi (Presidente) e Luis Felipe Salomão votaram com o Sr. Ministro Relator.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 07 de novembro de 2019 (Data do Julgamento)

MINISTRO RAUL ARAÚJO

Relator